



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
Departamento de Assuntos Jurídicos e Técnicos – DAJT

Petrópolis, 11 de fevereiro de 2021.

**PARECER**

DSL N° 1421/2021- DAJ 070/2021

**EMENTA:** TRATA-SE DE  
REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE  
UMA COMISSÃO ESPECIAL PARA  
ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE  
PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL.  
**ATRIBUIÇÃO DE COMISSÃO**  
**PERMANENTE JÁ INSTITUÍDA.**  
**AFRONTA AO REGIMENTO INTERNO.**  
**PARECER DESFAVORÁVEL.**

**INTRODUÇÃO:**

Trata-se de parecer acerca da legalidade DE  
requerimento, lavrado pelo Ilmo. Vereador Domingos  
Protetor, que dispõe "criação de uma comissão especial  
Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis-RJ  
Tel/fax (24) 2291-9200



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

**Departamento de Assuntos Jurídicos e Técnicos – DAJT**

para elaboração do código de proteção e bem-estar animal”.

Segundo o autor, o presente requerimento está amparado na competência legislativa desta municipalidade, bem como classifica o conteúdo como assunto de interesse local.

No caso em tela, o vereador requerente pretende criar comissão especial com competências já atribuídas à Comissão Permanente, qual seja, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa Civil e Proteção Animal. Sendo esta última a instituída no Regimento interno deste Parlamento Municipal pela Resolução 001/2013, que modifica o Regimento Interno e assim preleciona:

**Art. 34.** A Câmara Municipal terá como Comissões Permanentes:  
(...)

**XIII** - Comissão de Meio Ambiente, Defesa Civil e Proteção Animal;

Noutro giro, tem-se a vedação expressa do Regimento Interno que em seu artigo 37, § 2º, preleciona o seguinte:

§ 3º Não caberá constituição de  
**Comissão Especial para tratar de**  
**assuntos de competência**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**Departamento de Assuntos Jurídicos e Técnicos – DAJT**

regimental de qualquer das  
Comissões Permanentes.

Ademais, a valorosa iniciativa transformada em  
requerimento deixa de atender, da maneira como se  
encontra, a outro requisito regimental para criação de  
Comissões Especiais, notadamente como dispõe o § 4º do  
mesmo diploma legal, *in verbis*:

§ 4º O requerimento que propõe a  
constituição da Comissão  
Especial, com apoio de 1/3  
(um terço) dos Vereadores,  
**deverá necessariamente:**

**I - especificar, com clareza, a  
finalidade ou seus objetivos;**

**II - indicar o número de  
membros, não superior a cinco;**

**III - marcar o prazo de  
funcionamento.**

Logo, muito apesar de estar atendido o número  
mínimo de assinaturas dos parlamentares, no documento  
*sub oculis*, não se vê o pleno cumprimento das outras  
condicionantes regimentais, estando o texto  
demasiadamente vago. Assim sendo, o requerimento não  
deve prosperar.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
Departamento de Assuntos Jurídicos e Técnicos – DAJT

**Portanto, OPINO**, pelo indeferimento do presente requerimento.

Na hipótese de entendimento diverso por este Parlamento, **OPNINO**, que o requerente emende o texto, a fim pleno cumprimento do §4, artigo 37 do Regimento Interno.

À superior consideração.

FELIPE CÉSAR SANTIAGO  
DE SOUZA  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
MATRÍCULA Nº 1727.053/21  
OAB/RJ 232.132

FERNANDO FERNANDES DE  
ASSIS ARAÚJO  
**DIRETOR JURÍDICO**  
MATRÍCULA 1729.063/21  
OAB/RJ 80.742